

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 9 DE JULHO DE 2007**-----

-----Aos nove dias do mês de Julho de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa Especialista, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva, Maria Joana Vidinha Batista e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----Pelo Senhor Presidente foram postas a apreciação as actas das reuniões de quatro e dezoito de Junho de dois mil e sete ---

-----Em relação à acta de quatro de Junho o Senhor Vereador Francisco Maurício, disse que na página dez foi retirado o conteúdo do Decreto Lei, porque o mesmo não tinha sido lido na reunião.-----

-----O Senhor Presidente disse que não referiu em nenhuma parte da reunião que o Senhor Vereador Francisco Maurício, estava a tentar manipular alguma acta, apenas referiu o que o Senhor Vereador acaba de confirmar e concerteza por lapso tinha sido inscrito em acta qualquer coisa que não se tinha lá passado.----

-----Posta à votação a aprovação da acta de quatro de Junho de dois mil e sete, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício, ditou a seguinte declaração de voto: "Voto favoravelmente o conteúdo da acta, porque a minha intervenção corresponde rigorosamente aquilo que

votei. Em relação aos acontecimentos da acta da última reunião pública de Câmara a acta não vai expressar todo o conteúdo, porque a secretária se ausentou no início da discussão não chegando à Ordem de trabalhos.-----

----- Acta de dezoito de Junho de dois mil e sete foi aprovada por unanimidade.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto " Voto favoravelmente esta acta bem como a anterior, se bem que acho que esta reunião deveria ser a continuação da reunião pública anterior.-----

----- Recordo que na reunião anterior não chegámos a entrar na ordem do dia. O respeito que me merece a população do concelho leva-me a participar nesta reunião, esperando que o Senhor Presidente agende, ainda para este mês, a continuação da reunião que foi abruptamente interrompida e que não chegou a entrar na ordem do dia. A legislação obriga que seja agendado uma reunião pública mensal, suponho que para dar cumprimento à lei essa reunião terá que ser agendada. Esta posição é tomada para todas as decisões que vou tomar durante esta reunião".-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha, vota favoravelmente esta acta.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos absteve-se porque não esteve presente na reunião.-----

-----

----- VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO - Foi novamente presente o processo de José Manuel Silva Fidalgo com pedido de informação com destino a uma operação de loteamento urbano do seu prédio sito em Paço dos Negros, acompanhado de informação da DHU de que o local se insere dentro do perímetro do aglomerado urbano, é viável a criação de dois lotes para moradias unifamiliares e o requerente deve ceder cento e vinte e seis metros quadrados, destinados a espaços verdes e equipamento colectivo.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que na anterior reunião, onde este assunto já foi agendado, houve um impasse,

porque o Senhor Presidente se absteve. A Senhora Vereadora disse que a título particular consultou juristas, que foram unânimes em referir que o Senhor Presidente deveria votar, pois a lei atribuiu-lhe o voto de qualidade, que nestas situações é fundamental para o desempate.-----

----- O Senhor Presidente referiu que agendou novamente este assunto para que o processo seja resolvido.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha, referiu que o que está como primeira folha do processo, é uma aprovação de compensação/cedência. Isto leva a entender que a viabilidade do loteamento já foi dada.-----

----- O Senhor Presidente referiu que o que está em apreciação é o parecer do Senhor Arquitecto, do seguinte teor:" O local em questão insere-se dentro do perímetro urbano do aglomerado de Paço dos Negros, sendo viável a constituição da operação de loteamento urbano proposta, com vista à constituição de dois lotes destinados à construção de moradias unifamiliares com os índices de implantação e construção propostos.-----

----- Deverá contudo a Exma Câmara decidir quanto à obrigatoriedade de cedência dos cento e vinte e seis metros quadrados destinados a espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva, ou por outro lado a possibilidade de pagamento da respectiva compensação".-----

-----O Sr. Presidente referiu que esta afirmação merece uma apreciação por parte do executivo.-----

-----Posta à votação foi aprovada por maioria a cedência de terrenos no total de cento e vinte e seis metros quadrados que se destinarão à construção de espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva, com os votos contra dos Senhores Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e a abstenção do Senhor Vereador Francisco Maurício que ditou a seguinte declaração de voto: "O que me leva a abster nesta votação é o conjunto de dúvidas suscitadas pelo Senhor Presidente da Câmara na penúltima reunião do Executivo."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte

declaração de voto: " Voto contra e faço voto de vencido porque tenho sérias dúvidas sobre a viabilidade do pedido de loteamento."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: " Voto contra a viabilização do loteamento no terreno adjacente ao Pórtico de Paço dos Negros e faço voto de vencido por considerar que nada se alterou em relação à última reunião de Câmara como ainda à outra anterior na qual o parecer do Senhor jurista de vinte de Abril de dois mil e sete considera `que não se podia avaliar ali nenhuma possibilidade de construção por não ter sido ainda apresentado qualquer relatório final. `Pela minha parte afirmo que esta situação se mantém. O relatório de escavações apresentado pela empresa ERA e distribuído aos membros do executivo não é um relatório final. O relatório só é considerado final depois de aprovado pela respectiva entidade da tutela, neste caso o IPA, e depois deste instituto informar a Câmara Municipal dessa aprovação. Que eu saiba e até hoje o Senhor Presidente da Câmara não entregou nenhuma informação do IPA/IGESPAR que confirme a aprovação por este organismo do relatório entregue pela empresa. Por isso, para mim, a situação hoje, continua do ponto de vista legal a mesma que era antes da entrega do relatório preliminar. Acresce ainda dizer que para bem da preservação e valorização dos vestígios do Paço Real de Paço dos Negros, assim como para o contributo que esses vestígios poderão dar para a valorização daquela localidade, que a Câmara cumpra com uma deliberação aprovada em reunião do executivo, por minha proposta, isto é, de elaborar um plano de pormenor para aquela área em causa, a fim de condicionar qualquer intervenção mesmo que legítima de privados na zona ao interesse público global que depende muito do que se fizer para potenciar os vestígios ali deixados pelos nossos antepassados."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: " voto a favor porque a questão que eu levantei na penúltima reunião de câmara que me foi esclarecida pelo consultor jurídico

da Câmara quando afirmou que não havendo classificação do pórtico de Paço dos Negros por parte do IPAR, não fazia sentido manter a restrição que consta do PDM, aliás, irregular segundo informação do próprio IPAR e nesse sentido seria possível deferir uma operação urbanística dentro daquela zona. A hipótese de se vir a elaborar um plano de pormenor para a zona demoraria prazo tão dilatado a aprovar que proporcionaria a aprovação tácita de qualquer pedido de viabilidade por parte do requerente. Assim, por respeito pelos direitos do requerente voto a favor dado que o pedido se cinge a dois lotes onde se propõe moradias de qualidade que pelos técnicos camarários devem ser consideradas como integradas na paisagem. Por outro lado, voto a favor da cedência de terrenos e não no pagamento de compensações, cedências essas que se devem localizar no caminho que separa este terreno dos limites do Pórtico de maneira a possibilitar também um acesso a dois espaços: ao pórtico propriamente dito e ao terreno imediatamente posterior que foi cedido para apoio aquele espaço público".-----

----- O Senhor Vice Presidente subscreveu a declaração de voto do Senhor Presidente.-----

----- PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - Foi novamente presente o Pedido de Informação Prévia número três de dois mil e sete, no qual Rui Manuel Serra Alves solicita informação sobre a viabilidade de realizar uma operação de loteamento na sua parcela de terreno na Rua Professor Armindo de Sousa Gomes, em Fazendas de Almeirim. A informação da DHU indica que da operação urbanística resulta a constituição de sete lotes destinados à construção de moradias unifamiliares de dois pisos e anexos, em Zona Habitacional a consolidar, devendo a Câmara pronunciar-se quanto ao pagamento da compensação monetária relativa ao défice de quatrocentos e quarenta e um metros quadrados, não previstos como terrenos para equipamentos e zonas verdes.-----

----- Posta à aprovação foi por maioria, com a abstenção da

Senhora Vereadora Manuela Cunha, deliberado cobrar o pagamento da compensação.-----

-----ARQUEOLOGIA - Foi posta à apreciação a proposta de ratificação do acto do Senhor Presidente que decidiu mandar avançar os trabalhos no valor de quatro mil oitocentos e noventa e cinco euros, a que acresce o IVA, para não atrasar a empreitada.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: " Voto favoravelmente por considerar de extrema urgência esta intervenção de arqueologia e a importância que esta intervenção de arqueologia preventiva na área de onde em tempos passados se localizou a vida real em Almeirim e a obra de saneamento para aí planeada. No entanto, lamento que por causa desta questão não ter sido previamente tida em conta, antes da aprovação da obra, se entreguem estes trabalhos sistematicamente à mesma empresa, sem fazer consulta prévia a outras. O meu voto favorável decorre do facto de não querer atrasar a obra de saneamento, para além do estritamente necessário à própria pesquisa arqueológica".-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos vota também a favor.-----

----- O Senhor Presidente vota a favor e fez a seguinte declaração de voto: " voto a favor porque estes trabalhos resultam da sequência de outros que têm vindo a ser realizados e que são aconselhados pelo IPA, como a própria proposta refere. Os trabalhos iniciais foram objectos de consulta para selecção da ERA.-----

----- SISTEMA DE INFORMAÇÃO - Pelo Sr. Vice-Presidente foi apresentada uma proposta de parceria com a Empresa Novageo e a Câmara. A proposta consta de fornecimento de uma solução informática de suporte à gestão. Gestão e acesso a informação de natureza espacial relevante em operações de Protecção Civil no âmbito do território de Almeirim que permitirá criar, modificar

e guardar informação associada a elementos cartográficos relevantes para actividades de Protecção Civil. A informação pode ser relativa a dados alfanuméricos tais como o número de utentes de uma escola, a hora de abertura e fecho de um infantário, ou a planta de uma unidade fabril. Estes dados podem ser pesquisados e acedidos por elementos autorizados, tanto no centro de operações como noutro local, através de um dispositivo móvel configurado para o efeito. É também permitido a introdução da informação por parte de cidadãos, depois de estarem devidamente autenticados; Calcular caminhos óptimos entre dois pontos, tendo por base a rede viária do Município de Almeirim, é outra das possibilidades que o programa oferece; pode ainda ser visualizado no mapa a localização do veículo. A aplicação tem uma previsão de quatro meses para a sua conclusão e um preço final de quatro mil euros.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se será um protocolo ou um concurso.-----

----- Foi-lhe informado que será uma aquisição de serviços.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que esta proposta deveria ser mais explícita e não lhe parece que o preço seja exorbitante, no entanto o trabalho que a empresa se propõe fazer ou terá que ser 'sustentado' por muito trabalho dos serviços da Autarquia, não contabilizado, ou então virão os trabalhos a mais. Por outro lado a não existência do Gabinete de Protecção Civil, obrigatório por lei, e há muitos anos previsto nos planos e orçamentos desta autarquia, e ainda não concretizado, é que lhe parece uma urgência, mais uma vez se põe o carro à frente dos bois.-----

----- Relativamente a este assunto foi presente um parecer do Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, que da análise feita à proposta do software de sistema de informação para a Protecção Civil, apresentado pela empresa NovaGeo, a mesma lhe parece importante, dado que tem como valência a possibilidade de aceder a um suporte de informação que lhes permitirá apoiarem-se em situações de emergência.-----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou os seguintes esclarecimentos: " estamos a goereferenciar todos os edifícios públicos e de interesse para a protecção civil, não existe neste momento no mercado nenhuma aplicação igual aquela que nos propomos adquirir. Os técnicos da autarquia não têm condições para desenvolver um software desta natureza. Além disso é uma mais valia esta parceria uma vez que nos podemos adaptar à nossa realidade através deste novo programa. A título de exemplo, gostaria de dizer que com esta nova aplicação podemos colocar toda a informação referente a escolas, edifícios públicos, unidades industriais, num computador portátil, ao invés da dezenas de plantas de difícil transporte e manuseamento em situação de urgência".-----

----- Posta à votação foi a proposta apresentada aprovada por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha.----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto:" pelas informações que me foram prestadas parece-me no entanto que para que houvesse interligação com a protecção civil distrital e nacional, este processo deveria ter sido desenvolvido, no mínimo, com todos os municípios envolvidos na comunidade urbana. Ainda há muito tempo para essa desejável articulação quer com este programa quer com outros que sejam compatíveis entre si".-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: " voto a favor da adjudicação dos serviços à NovaGeo por entender que as tecnologias da informação devem estar ao dispor dos serviços responsáveis pela protecção civil, por forma a melhorar a economia e a eficiência/eficácia nas operações de socorro. Para além disso espero que esta iniciativa seja desenvolvida por forma a explorar todas as potencialidades que um sistema destes pode permitir, designadamente uma visão global e integrada não só do concelho mas de toda a região da Lezíria e Vale do Tejo. Outro factor preponderante para o meu voto positivo é o facto de não existir no mercado outra entidade que forneça este tipo de software. Por fim queria



apenas chamar a atenção que este software deverá salvaguardar os dados pessoais nominativos de todos aqueles 'sinalizados' pelo software. Faço votos que não hajam trabalhos a mais com o desenvolvimento desta solução informática".-----

-----  
----- PONTOS DE AGUA DO CONCELHO - O Senhor Vice Presidente apresentou aos seus pares através de powerpoint o websig referente aos pontos de água do concelho de Almeirim e limítrofes. Esclareceu que este programa permite efectuar um conjunto de pesquisas relativamente ao local, tipos de acesso entre outros. Dá ainda a possibilidade de visualizar o lugar através de fotografia onde se situa o ponto de água. Para a realização deste trabalho foi muito importante o papel desenvolvido pelos Bombeiros de Almeirim nomeadamente de um elemento que andou quinze dias no mato para recolher informações.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício congratulou os funcionários que estiveram na realização deste programa. O mesmo autarca solicitou ainda informação em que situação se encontra o levantamento sobre publicidade iniciado há cerca de dois anos, dado que este trabalho é muito importante para a gestão da autarquia. Sugere que deve haver um estudo às reservas de água, assim como um cadastro das captações e profundidade das mesmas, para que no futuro a autarquia possa tomar medidas em relação às reservas das mesmas.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: " considero este trabalho muito importante e isto é uma prova que trabalho muito importante pode ser desenvolvido com prata da casa, sem a aquisição de serviços exteriores".-----

-----  
----- MEDALHA MUNICIPAL DE HONRA - Sob proposta do Senhor Vereador Francisco Maurício foi sugerido a atribuição de medalha municipal de honra a Cristina Isabel Sousa Duarte Branco - Fadista.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou ao Senhor Presidente se não tem nada a dizer sobre este assunto, pois o mesmo já foi a apreciação da Assembleia Municipal. Refere ainda a mesma Autarca que está totalmente de acordo que este executivo dê cumprimento à deliberação aprovada por maioria na última Assembleia Municipal por proposta dos eleitos da CDU. Alegar ainda que está a favor da entrega desta medalha porque não se deve só honrar as pessoas depois de mortas e deve homenagear-se as pessoas com mérito do concelho.-----

-----Quando põe esta questão está a reportar-se ao concurso de Chefe de Secção, quando o Senhor Presidente considerou que o Senhor Vereador Francisco Maurício avocou a si poderes que eram da competência do Senhor Presidente. Passa-se agora a mesma situação, é o Senhor Presidente que tem poderes para executar a deliberação tomada em Assembleia Municipal, são poderes atribuídos por lei ao Senhor Presidente da Câmara e aconselha o Senhor Vereador Francisco Maurício a ler mais a lei.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto:" Não pretendi ultrapassar os poderes do Senhor Presidente, a única intenção que tive, foi o de mais rapidamente possível atribuir a medalha de honra à Cristina Branco, de forma a calar algumas observações na imprensa e tentar que esta questão fique resolvida. Em relação à avocação de poderes do Senhor Presidente, referida pela Senhora Vereadora Manuela Cunha, constato que o problema de surdez publicado na última edição do jornal o Mirante é muito grave, dado que, mesmo com toda a documentação que lhe foi distribuída enquanto Vereador nesta Câmara, ainda não quis perceber que a avocação de poderes referida pela Senhora Vereadora fez parte da minha proposta de procedimento disciplinar à funcionária Rosa Nascimento, tendo a mesma feito parte da proposta que enviei ao Senhor Presidente em doze de Março de dois mil e sete, foi por mim retirada na reunião de dezanove de Março de dois mil e sete, foi reformulada, não constando nela a avocação de poderes, e foi essa proposta que o Senhor Presidente sempre se recusou a

agendar para uma reunião de Câmara.”.-----  
-----o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: “Em democracia a pluralidade de opiniões é um direito dos cidadãos e também daquelas que têm cargos políticos, por isso é de estranhar que alguns venham afirmar que o PSD vetou o nome da artista Cristina Branco. O PSD, por questões éticas não se pronuncia sobre as posições assumidas por outros autarcas, mas também não pode deixar passar em claro a forma com que se tentou construir uma novela que em nada dignificou a atribuição da medalha. A bem da verdade o PSD já fez chegar ao órgão de comunicação social em questão (direito de resposta, direito constitucionalmente assistido) pelo que aguarda que o jornal o Mirante reponha a verdade a bem da verdade jornalista. Por outro lado corruboro com a posição assumida pela minha colega, Vereadora Manuela Cunha quanto ao agendamento da proposta do Vereador Francisco Maurício”.-----  
----- Posta à votação, e por voto secreto foi a mesma aprovada por maioria com seis votos a favor e um voto em branco.-----  
----- Deliberado atribuir a medalha municipal de honra a Cristina Isabel Sousa Duarte Branco.-----  
-----  
-----

-----**REQUERIMENTO DIVERSOS**-----

-----ZAE - Foi presente o requerimento de Ribaland, Comércio de Produtos Alimentares, Limitada, proprietária do lote número cento e vinte e dois da Zona de Actividades Económicas de Almeirim, informando que o objecto da empresa sofreu alteração. Assim solicita que nas instalações a edificar no referido lote, seja autorizada a laboração da nova actividade da empresa, comercialização e instalação de sistemas solares térmicos e foto voltaicos e outros sistemas directamente relacionados com energias renováveis.-----  
----- A Câmara deliberou por maioria aprovar a petição com a abstenção da Vereadora Manuela Cunha.-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - A Câmara deliberou não usar o direito de preferência na venda do direito de superfície que Lícínio Octávio Rodrigues Coelho vai fazer da fracção autónoma correspondente ao rés do chão esquerdo do número dezoito do prédio sito Rua Dr.Ernestino Conceição Rodrigues, em Almeirim, e de Maria Olga Alves Roque Martins vai fazer da fracção autónoma correspondente ao terceiro andar direito número vinte e quatro do prédio sito na Rua Vinha Santíssimo, em Almeirim -----

----- Foi ainda presente o requerimento de Gonçalo Luís Fernandes Ferreira, casado com Catarina Isabel Ribeiro Gonçalves Ferreira, adquirentes do lote cento e tinta e oito da Urbanização do Alqueve, sito em Benfica do Ribatejo, solicitando autorização para venda do referido lote, onde se encontra construída a sua habitação, uma vez que os rendimentos familiares não são suficientes para pagamento de despesas com encargos bancários decorrentes da citada construção.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade não usar o direito de preferência-----

----- AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades.-

-----Transporte de idosos de Almeirim para Igreja de Jardim de Cima, cento e dezoito euros e noventa e oito cêntimos; transporte de reclusos para Alcoentre, dois mil setecentos e dezoito euros e setenta e seis cêntimos; Escola Moinho de Vento, sessenta e nove euros e sessenta e um cêntimos; Torneio Santeirim, mil e vinte e quatro euros e noventa e nove cêntimos; Escuteiros de Almeirim, quatrocentos e quarenta euros e sessenta e oito cêntimos; Escola P três, oitenta e nove euros e dois cêntimos; Vinte quilómetros de Almeirim - Secção de Natação, oitocentos e quarenta e quatro euros e trinta e um cêntimos; transporte de atletas de Almeirim para Santarém, sessenta euros e quarenta e dois cêntimos; hóquei Clube Os Tigres, duzentos e sessenta e sete euros e dez cêntimos; transporte de crianças para Torneio em França até ao aeroporto cento e setenta e oito

euros e dois cêntimos; Companhia Gastronómica de Almeirim, trinta e cinco euros e noventa e três cêntimos, Rancho Folclórico de paço dos Negros, trezentos e dez euros e quinze cêntimos; Casa de repouso S. João Batista, quinhentos e quarenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos; Jardins de Infância de Benfica, Foros e Tapada, cento e sete euros e dezoito cêntimos; Escola de Foros de Benfica, cinquenta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos; Escola de Tapada, trinta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos; Testemunhas de Jeová, trezentos e treze euros e setenta e três cêntimos.-----

-----  
----- DIVIDA DE FORNECIMENTO DE AGUA - Foi presente o requerimento de João Pascoal das Dores, solicitando o pagamento em prestações da dívida de fornecimento de água, que se reporta ao ano de mil novecentos e noventa e nove até Janeiro do corrente ano. O requerente solicita a entrega de cinquenta euros mensais por conta da referida dívida, uma vez que o seu rendimento mensal não permite a entrega de valor superior ao apresentado.-----

----- A Câmara deliberou aprovar o pedido, no entanto o requerente será avisado de que a falta de pagamento de uma prestação dará origem ao vencimento de todas bem como à retirada do ramal da água.-----

----- SUBSIDIOS - Foi presente o ofício da Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer, solicitando o apoio da Autarquia para a realização de um almoço comemorativo do final do projecto de avaliação/intervenção em indivíduos com demência com os participantes familiares e técnicos intervenientes.-----

----- A Câmara deliberou conceder o subsídio de setecentos euros.-----

----- Presente o ofício do Comité Português para a UNICEF solicitando apoio monetário para a realização das suas actividades.-----

----- A Câmara deliberou conceder o subsídio de duzentos e cinquenta euros.-----

----- PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNA - A Câmara tomou conhecimento do fax remetido pelo Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém, informando que a empresa Compal não necessita de Plano de Emergência Externo, dado que está em conformidade com a legislação em vigor. De acordo com a Directiva Seveso II, relativa à prevenção e contra e controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, transportadas para o direito português pelo Decreto-Lei número cento e sessenta e quatro de dois mil e um, de vinte e três de Maio, nesse estabelecimento não são manuseadas ou utilizadas substâncias perigosas abrangidas pelo presente diploma.-----

-----Às dezoito horas e cinco minutos foi encerrada a reunião.--  
-----E eu, \_\_\_\_\_, Assistente Administrativa Especialista, elaborei a presente acta, que mandei lavrar e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Administrativa  
Especialista

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

